NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 8 (2,3%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 54 (15,6%) vencem de 2019 a 2027 e 284 (82,1%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S.A.", que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

2.1 Declaração de Conformidade -- continuação

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de janeiro de 2019.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros Nota Explicativa 4
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa Nota Explicativa 5
- c) Contas a Receber de Clientes Nota Explicativa 6
- d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos Nota Explicativa 6
- e) Ativos Financeiros Contratuais Nota Explicativa 10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

- 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação
 - f) Investimentos Nota Explicativa 11
 - g) Imobilizado e Intangível Nota Explicativa 12
 - h) Arrendamento Mercantil Financeiro: A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 12 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 13.
 - i) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment) Nota Explicativa 12
 - j) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros Nota Explicativa 12
 - k) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Nota Explicativa 13
 - 1) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 16
 - m) Provisões e Passivos Contingentes Nota Explicativa 18
 - n) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados Nota Explicativa 19
 - o) Partes Relacionadas Nota Explicativa 20
 - p) Remuneração aos Acionistas Nota Explicativa 22.h
 - q) Receitas Nota Explicativa 23
 - r) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
 - s) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
 - t) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

t) Concessões -- continuação

<u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

- u) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- v) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

v) Uso de Estimativas e Julgamentos -- continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

v) Uso de Estimativas e Julgamentos -- continuação

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

<u>CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil:</u> O CPC 6 (R2) (*IFRS 16*) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos mercantis operacionais existentes em 31 de dezembro de 2018 e está na etapa de definições de premissas, principalmente, em relação à taxa de desconto a ser aplicada no cálculo do Ajuste a Valor Presente, dos saldos contratuais. O valor a ser reconhecido impactará no aumento do Ativo e do Passivo, trará reflexos no Resultado Econômico e acarretará em alteração do EBITDA da Companhia.

O CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais trará reflexos nas seguintes classes de ativos:

Quantidade de Contratos	Classe de Ativo	Saldo Contratual (R\$ mil)
6	Locação de Veículos ¹	46.909
11	Locação de Bens Móveis ²	24.055
117	Locação de Bens Imóveis ³	17.814
Totais		88.778

¹ **Locação de Veículos:** referem-se a veículos nas categorias leve, executivo, utilitário e pesado, na modalidade mensal, com quilometragem livre, exceto aqueles contratados na modalidade diária (sem controle pela Companhia);

² Locação de Bens Móveis: referem-se a coletores de dados (leitura), microcomputadores, *Tablets*, Totens de Autoatendimento e Grupo Geradores de Energia Elétrica.

³ Locação de Imóveis: referem-se a escritórios regionais, escritórios de atendimento ao público e imóveis para armazenamento de materiais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

w) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018 -- continuação

A seguir apresentamos o fluxo de pagamentos dos contratos, por classe de ativo:

Prazo	Veículos	Móveis	Imóveis	Totais
12 meses	22.170	11.977	10.113	44.260
24 meses	19.791	7.233	3.997	31.021
36 meses	4.948	4.442	2.324	11.714
48 meses	-	403	1.168	1.571
60 meses	-	-	212	212
Totais	46.909	24.055	17.814	88.778

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2018 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

4.1 Gestão de Risco Financeiro – continuação

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$ 25.620 e R\$ 51.244 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	6.327	(6.327)	12.654	(12.654)
Ativos	-	6.327	(6.327)	12.654	(12.654)
BNDES	TJLP	(1.068)	1.068	(2.136)	2.136
BNDES-PAC2	TJLP	(2.553)	2.553	(5.106)	5.106
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.412)	2.412	(4.824)	4.824
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.112)	1.112	(2.224)	2.224
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série	DI	(1.029)	1.029	(2.058)	2.058
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.239)	1.239	(2.478)	2.478
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(2.897)	2.897	(5.794)	5.794
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(816)	816	(1.632)	1.632
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.522)	1.522	(3.044)	3.044
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	DI	(949)	949	(1.898)	1.898
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	DI	(3.135)	3.135	(6.270)	6.270
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	-	-	(4)	4
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série	DI	(843)	843	(1.686)	1.686
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.389)	1.389	(2.778)	2.778
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC _	(10.983)	10.983	(21.966)	21.966
Passivos	_	(31.947)	31.947	(63.898)	63.898
Efeitos no Lucro antes da tributação		(25.620)	25.620	(51.244)	51.244

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

4.1 Gestão de Risco Financeiro -- continuação

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,00% e a TJLP de 6,72%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 3,75%, obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,40% obtido junto à CETIP SA e o IPC – FIPE foi de 3,02%, obtido na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Derivativos: a Companhia não possui operações de troca de índices (SWAP) ou que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2018	2017
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.771.318	2.716.838
Caixa e Equivalentes de Caixa	(326.624)	(533.888)
Dívida Líquida	2.444.694	2.182.950
EBITDA	1.642.028	1.383.522
Patrimônio Líquido	5.717.188	5.152.654
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,43	0,42
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,49	1,58

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme a seguir:

	2018	2017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	291.621	510.089
Depósitos Vinculados	59.668	533.888
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	35.003	23.799
Contas a Receber de Clientes, líquido	661.124	617.337
Ativos Financeiros Contratuais	375.871	201.077
Totais	1.423.287	1.886.190
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.771.318	2.716.838
Empreiteiros e Fornecedores	190.742	182.655
Contratos de Concessão	60.456	91.989
Totais	3.022.516	2.991.482

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Depósitos Bancários Livres	9.324	3.618
Depósitos Bancários Vinculados	25.679	20.181
	35.003	23.799
Aplicações Financeiras	291.621	510.089
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	326.624	533.888

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundo de Investimento exclusivo cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação, com remuneração média de 99,00% do CDI (99,68% em 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

<u>Contas a Receber de Clientes:</u> Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de poupança para as contas de órgãos públicos.

<u>Provisão para Perdas na Realização de Créditos:</u> Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 — Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos. A aplicação do CPC 48 não trouxe impacto significativo para a Companhia em relação ao exercício anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2018	2017
Contas a Receber Vincendas	241.474	222.911
Contas a Receber de Parcelamentos	56.272	48.943
Ajuste a Valor Presente	(4.723)	(2.453)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	186.170	174.987
	479.193	444.388
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	120.087	109.098
De 31 a 60 dias	30.689	29.817
De 61 a 90 dias	13.320	12.484
De 91 a 180 dias	21.157	20.636
Mais de 180 dias	172.634	172.064
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(175.956)	(171.150)
	181.931	172.949
Totais de Contas a Receber, líquidas	661.124	617.337
Circulante	639.054	606.250
Não Circulante	22.070	11.087

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas/ Ajuste a Valor Presente		2017
Prefeituras Municipais	258.383	(52.605)	205.778	193.081
Particulares	572.070	(128.074)	443.996	410.821
Setor Federal	1.230	-	1.230	1.081
Setor Estadual	10.120		10.120	12.354
Saldos no Final do Exercício	841.803	(180.679)	661.124	617.337

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldos no Início do Exercício	(171.150)	(146.336)
Valores Registrados como Despesa/Reversão	(7.747)	(28.800)
Baixas, Líquidas das Recuperações	2.941	3.986
Saldos no Final do Exercício	(175.956)	(171.150)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Clientes Particulares	126.754	103.896
Órgãos do Governo Federal	-	1
Prefeituras Municipais	49.202	67.253
Totais	175.956	171.150

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldos no Início do Exercício	(2.453)	(3.408)
Ajuste a Valor Presente	(2.270)	955
Saldos no Final do Exercício	(4.723)	(2.453)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda a compensar	12.517	19.903
Contribuição Social a compensar	2.553	3.783
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	326	1.235
Totais	15.396	24.921
Circulante	15.396	24.098
Não Circulante	-	823

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Agência Nacional de Águas - ANA	1.773	6.777
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.947	3.579
Reservas mantidas na CAIXA (1)	52.948	44.981
Totais	59.668	55.337
Circulante	6.720	5.838
Não Circulante	52.948	49.499

⁽¹⁾ Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a Empregados	13.481	3.898
Pagamentos Reembolsáveis	16.054	13.930
Depósitos Dados em Garantia	2.095	2.224
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	50.675	43.195
Despesas Antecipadas	4.988	4.315
Cessão para Exploração de Serviços Financeiros	-	6.800
Títulos e Outros Créditos	938	790
Totais	88.231	75.152
Circulante	37.616	32.248
Não Circulante	50.615	42.904

⁽¹⁾ Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2017	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	2018
Investimento Não Amortizado	570.128	540.186	-	-	1.110.314
Ajuste a Valor Presente	(369.051)	(371.262)	11.452	(5.582)	(734.443)
Totais	201.077	168.924	11.452	(5.582)	375.871

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 22 e 30 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

11. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

<u>Joint Venture</u>: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	2018	2017
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	20.479	18.832
Outros Investimentos	2.106	634
Totais	22.585	19.466

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., empresa localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e encontra-se ainda em fase pré-operacional, sendo que no exercício de 2018 foram realizados aportes de recursos para fazer frente a necessidade de capital de giro prevista no plano de negócios, bem como investimentos necessários a operação da empresa. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$27.314 registrado em seu Capital Social e R\$4.020 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2018	2017
Ativo Circulante	6.873	897
Ativo Não Circulante	67.377	60.291
• Imobilizado	43.279	40.770
Arrendamento Mercantil Financeiro	17.856	19.519
• Outros	6.242	2
Ativo Total	74.250	61.188
Passivo Circulante	7.154	1.286
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	3.475	910
• Outros	3.679	376
Passivo Não Circulante	15.899	12.822
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	15.899	12.822
Patrimônio Líquido	51.197	47.080
Passivo Total	74.250	61.188

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

11. INVESTIMENTOS -- continuação

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2018	2017
Receitas	5.452	2.633
(-) Despesas Operacionais	(11.727)	(5.786)
Resultado Financeiro	(3.298)	(1.324)
Resultado Antes dos Impostos	(9.573)	(4.477)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Exercício	(9.573)	(4.477)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldo no início do exercício	18.832	9.466
Aportes Financeiros	5.476	11.157
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(3.829)	(1.791)
Saldo no final do exercício	20.479	18.832

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$522, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2018 equivalem a R\$2.106.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

<u>Imobilizado:</u> É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

<u>Intangível:</u> O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 13. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

<u>Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:</u> Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas				2018	2017
Descrição		Custo	Depreciação Acumulada	,	Valor Líquido
Administração		287.957	(119.837)	168.120	129.564
Outras Imobilizações		1.367	(716)	651	381
Totais		289.324	(120.553)	168.771	129.945
Por Natureza				2018	2017
	Taxa de Depreciação		Depreciação		
Descrição	Anual	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	2.372	-	2.372	2.309
Construções Civis	*1,84%	69.651	(16.117)	53.534	53.371
Benfeitorias	2%	2.025	(696)	1.329	1.276
Instalações	*5,83%	3.935	(2.345)	1.590	1.617
Equipamentos	*6,23%	68.687	(23.490)	45.197	30.822
Móveis e Utensílios	7,14%	41.556	(17.811)	23.745	19.365
Equipamentos de Informática	*19,82%	35.776	(24.453)	11.323	9.558
Veículos	*13,05%	39.126	(20.022)	19.104	9.241
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.367	(15.243)	9.124	2.153
Ferramentas	6,67%	1.400	(376)	1.024	233
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	429	-	429	-
Totais		289.324	(120.553)	168.771	129.945

^{*} Taxa Média Ponderada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2018	2017	
			Amortização		
Descrição		Custo	Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água		4.381.170	(1.491.251)	2.889.919	2.819.606
Sistemas de Esgoto		5.008.190	(1.081.858)	3.926.332	3.841.755
Resíduos Sólidos		2.522	(2.522)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas		125.098	(69.942)	55.156	57.986
Outros Ativos Intangíveis		121.755	(56.808)	64.947	45.341
Projetos e Obras em Andamento		1.319.120	-	1.319.120	972.060
Estoques para Obras		74.068	-	74.068	53.410
Totais		11.031.923	(2.702.381)	8.329.542	7.790.158
	_			***	•••
Por Natureza	Tour do			2018	2017
	Taxa de Amortização		Amortização		
Descrição	Amortização Anual	Crete	Amoi tização Acumulada		Valor Líquido
		Custo	Acumulaua		
Terrenos	-	164.454	-	164.454	137.940
Poços	*3,10%	140.968	(36.800)	104.168	94.548
Barragens	*2,67%	141.212	(54.815)	86.397	92.656
Construções Civis	*2,59%	2.108.438	(492.240)	1.616.198	1.623.409
Benfeitorias	*2,67%	23.840	(3.036)	20.804	18.405
Tubulações	*2,64%	5.067.542	(1.237.183)	3.830.359	3.748.692
Ligações Prediais	3,33%	705.649	(223.150)	482.499	455.311
Instalações	*5,83%	159.671	(55.957)	103.714	101.965
Hidrômetros	10%	186.965	(77.551)	109.414	108.433
Macromedidores	10%	5.832	(3.916)	1.916	2.036
Equipamentos	*6,23%	587.600	(270.754)	316.846	284.448
Móveis e Utensílios	7,14%	6.248	(3.318)	2.930	1.742
Equipamento de Informática	*19,82%	86.864	(81.586)	5.278	5.297
Programas de Informática	20%	56.291	(38.022)	18.269	13.192
Veículos	*13,05%	24.315	(16.616)	7.699	10.594
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.589	(18.644)	4.945	1.556
Ferramentas	6,67%	272	(185)	87	101
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	6,25%	155	(130)	25	29
Proteção e Preservação Ambiental	20%	22.864	(18.535)	4.329	6.348
Concessão do Município de Curitiba (1)	1,50%	125.000	(69.844)	55.156	57.986
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	99	(99)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	867	-	867	-
Projetos e Obras em Andamento	-	1.319.120	-	1.319.120	972.060
Estoque para Obras	-	74.068	-	74.068	53.410
Totais		11.031.923	(2.702.381)	8.329.542	7.790.158

^{*} Taxa Média Ponderada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível -- continuação

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia renovou a concessão com o Município de Curitiba resultando na antecipação do vencimento do contrato de concessão onerosa existente, mediante assinatura, em 05 de junho de 2018, do Contrato de Programa pelo período de 30 anos, a contar da referida data, para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado do contrato anterior, a Companhia repassará ao município de Curitiba por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico o montante de R\$88.771. As principais características do novo contrato de programa com o Município de Curitiba são as seguintes:

Modalidade: Contrato de Programa de acordo com a lei 11.445/2017, com dispensa de licitação, decorrente do Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Curitiba, autorizando a gestão associada, definindo a Sanepar como prestadora dos serviços e AGEPAR como entidade Reguladora;

Prazo: 30 anos;

Principais Obrigações: i) Como compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 13.543/2001, efetuar o repasse ao município de Curitiba, do valor de R\$88.771, para o Fundo Municipal de Saneamento Básico; e ii) Repassar mensalmente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, deduzidos os impostos incidentes sobre a receita e as perdas na realização de créditos, o valor equivalente a 2% da receita operacional do município de Curitiba;

Principais Metas: i) Manter o Índice de Atendimento com Rede de Abastecimento de Água em 100% da população do município, durante toda a vigência do contrato; ii) Cumprir as metas para o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto, conforme previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, 94% até 2020, 96% até 2028 e 98% até 2036.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2018, refere-se a 137 (133 em 2017) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 110 (93 em 2017) localidades, no montante de R\$625.046 (R\$426.079 em 2017); 138 (130 em 2017) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 106 (91 em 2017) localidades, no montante de R\$483.561 (R\$372.357 em 2017), e ainda R\$210.513 (R\$173.624 em 2017) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível -- continuação

Durante o exercício de 2018 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$30.176 (R\$47.358 em 2017). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 10,7%.

<u>Arrendamento Mercantil Financeiro:</u> A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017. A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas	2018	2017		
		Amortização		
Descrição	Custo	Acumulada		Valor Líquido
Edificações	37.434	(946)	36.488	37.114
Tubulações	147.315	(3.240)	144.075	93.100
Ligações Prediais	8.226	(333)	7.893	5.967
Instalações	309	(31)	278	298
Equipamentos	6.013	(533)	5.480	5.856
Totais	199.297	(5.083)	194.214	142.335

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2018:

			Depreciações e	Baixas e		
Descrição	2017	Adicões	Amortizações	Perdas	Transferências	2018
Imobilizado	2017	Aulções	rimor tizações	reraas	Transferencias	2010
Terrenos	2.309	67		(2)	(2)	2.372
Construções Civis	53.371	332	(1.377)	(24)	1.232	53.534
,		332	,	(24)	92	1.329
Benfeitorias	1.276 1.617	219	(39) (215)	(2)	(29)	1.529
Instalações	30.822	18.505	(3.536)	(166)	(428)	45.197
Equipamentos Móveis e Utensílios	19.365	7.632	(2.591)	(145)	(516)	23.745
Equipamentos de Informática	9.558	5.009	(2.391)	(242)	(510)	11.323
Veículos	9.338	716	(2.619)	(13)	11.779	19.104
Máquinas, Tratores e Similares	2.153	222	` ′	(13)	8.570	9.124
Ferramentas	233	864	(1.821)	-	6.570	1.024
	255	429	(73)	-	-	429
Bens Patrimoniais a Incorporar	- 100 015		- (17.000)	- (50.4)	-	
Totais Imobilizado	129.945	33.995	(15.220)	(594)	20.645	168.771
Intangível						
Terrenos	137.940	11.722	-	-	14.792	164.454
Poços	94.548	304	(1.720)	3	11.033	104.168
Barragens	92.656	609	(2.775)	-	(4.093)	86.397
Construções Civis	1.623.409	7.717	(46.163)	179	31.056	1.616.198
Benfeitorias	18.405	439	(578)	12	2.526	20.804
Tubulações	3.748.692	67.826	(116.147)	(2.633)	132.621	3.830.359
Ligações Prediais	455.311	2.354	(21.180)	(782)	46.796	482.499
Instalações	101.965	2.169	(9.684)	188	9.076	103.714
Hidrômetros	108.433	16	(16.833)	(1.855)	19.653	109.414
Macromedidores	2.036	5	(404)	-	279	1.916
Equipamentos	284.448	49.625	(26.777)	(4.361)	13.911	316.846
Móveis e Utensílios	1.742	879	(291)	(84)	684	2.930
Equipamentos de Informática	5.297	21	(1.184)	(59)	1.203	5.278
Programas de Informática	13.192	10.376	(5.113)	(186)	-	18.269
Veículos	10.594	9.827	(966)	22	(11.778)	7.699
Máquinas, Tratores e Similares	1.556	12.870	(911)	-	(8.570)	4.945
Ferramentas	101	-	(12)	(2)	-	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	29	-	(4)	-	-	25
Proteção e Preservação Ambiental	6.348	327	(2.589)	33	210	4.329
Concessão do Município de Curitiba	57.986	-	(2.830)	-	-	55.156
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	6	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar		867				867
Subtotais Intangível	6.764.688	177.953	(256.167)	(9.519)	259.399	6.936.354
Projetos e Obras em Andamento	972.060	797.405	-	(1.377)	(448.968)	1.319.120
Estoques para Obras	53.410	20.658	-	-	-	74.068
Totais Intangível	7.790.158	996.016	(256.167)	(10.896)	(189.569)	8.329.542
Total Geral	7.920.103	1.030.011	(271.387)	(11.490)	(a) (168.924)	8.498.313
:						

⁽a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2018, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, esgoto e resíduos sólidos, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa - Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,05%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d.2) Unidade Geradora de Caixa - Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$11.881 não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$1.429, foi registrado em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2018 o faturamento líquido e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$9.793 e R\$2.566, respectivamente.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 6ª Emissão - 1ª Série	0,81%	DI	-	_	_	82.394	<u>-</u>	82,394
Debêntures 6ª Emissão - 2ª Série	0.83%	DI	174.179	_	174.179	5.113	169.726	174.839
Debêntures 5ª Emissão - 2ª Série	0.67%	DI	174.175	_	174.175	189.372	107.720	189.372
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	0,69%	DI	_	_	_	67.319	_	67.319
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	68.972	67.876	136.848	1.092	130.795	131.887
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	0,42%	DI	58	94.900	94,958	-	-	-
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	0,51%	DI	141	154.771	154.912	_	_	_
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	31.243	23.550	54.793	32.069	54.252	86,321
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.391	12.391	15.782	3.400	15.760	19.160
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	1,92%	TJLP	12.390	57.862	70.252	12.374	69.563	81.937
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	20.872	90.704	111.576	20.592	104.870	125.462
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	1,92%	TJLP	16.519	77.150	93.669	16.500	92.750	109.250
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.576	15.127	18.703	3.588	18.669	22,257
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	1,67%	TJLP	22.814	168.820	191.634	21.026	174.937	195.963
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	12.107	89.825	101.932	10.797	90.201	100.998
BNDES - PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	33.239	228.310	261.549	26.263	210.332	236.595
Arrendamento Mercantil Financeiro	11,14%	IPC-FIPE	8.481	265.066	273.547	3.981	172.692	176.673
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	1	12.123	12.124	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	2	15.153	15.155	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	36	5.186	5.222	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	42	6.484	6.526	-	-	-
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	70.707	907.250	977.957	66.668	849.743	916.411
Saldo no Final do Exercício			478.770	2.292.548	2.771.318	562.548	2.154.290	2.716.838
Empréstimos e Financiamentos			142.156	1.186.628	1.328.784	131.988	1.148.756	1.280.744
Debêntures			328.133	840.854	1.168.987	426.579	832.842	1.259.421
Arrendamento Mercantil Financeiro			8.481	265.066	273.547	3.981	172.692	176.673

 $[\]ast$ IPCA como componente variável da TLP

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2018	2017
TR	977.957	916.411
TJLP	671.897	710.066
TLP	27.279	-
IPCA	362.104	358.347
DI	424.049	513.924
IPC-FIPE	273.547	176.673
Sem Correção Monetária	34.485	41.417
Totais	2.771.318	2.716.838

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro:

	Período de	Vencimento	Valor	Quantidade	Pa	agamentos
Descrição	Emissão	Final	Contratado	Debêntures	Amortizações	Juros
Debêntures 6ª Emissão - 2ª Série	2016	2019	170.000	17.000	2019	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 3 Contratos	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - PAC2 - 5 Contratos	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Arrendamento Mercantil Financeiro	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 325 Contratos	1991 a 2017	2042	3.573.320	-	Mensal	Mensal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.781	46.564	46.564	46.564	46.564	39.460	-	275.497
Debêntures 3ª Emissão	68.972	67.876	-	-	-	-	-	136.848
Debêntures 4ª Emissão	34.921	34.109	34.109	34.109	34.109	34.109	88.100	293.566
Debêntures 6ª Emissão	174.179	-	-	-	-	-	-	174.179
Debêntures 7ª Emissão	81	-	40	2.299	2.299	2.299	32.009	39.027
Debêntures 8ª Emissão	199		94.833		154.838	_		249.870
Subtotais Debêntures	328.133	148.549	175.546	82.972	237.810	75.868	120.109	1.168.987
BNDES	31.243	7.638	7.638	7.638	636	-	-	54.793
BNDES - PAC2	33.239	32.471	32.471	28.449	27.140	27.140	80.639	261.549
Banco do Brasil - PSI	3.391	3.369	3.369	3.369	2.093	191	-	15.782
Banco Itaú - PSI	3.576	3.542	3.542	3.542	3.056	1.420	25	18.703
Caixa Econômica Federal	70.707	77.326	69.916	60.952	50.019	53.139	595.898	977.957
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	142.156	124.346	116.936	103.950	82.944	81.890	676.562	1.328.784
Arrendamento Mercantil	8.481	6.748	7.418	8.164	8.995	9.922	223.819	273.547
Totais	478.770	279.643	299.900	195.086	329.749	167.680	1.020.490	2.771.318

Em 31 de dezembro de 2018 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

			2018	2017
	Pagamentos		Valor Presente	Valor Presente
	Futuros	Encargos	dos Pagamentos	dos Pagamentos
Descrição	Mínimos	Financeiros	Futuros	Futuros
Menos de um ano	34.449	(25.967)	8.482	3.981
Mais de um ano e menos de cinco anos	137.793	(106.717)	31.076	14.285
Acima de cinco anos	426.826	(192.837)	233.989	158.407
Totais	599.068	(325.521)	273.547	176.673

A taxa de desconto aplicada foi de 10,6%.

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

		2018	2		
Descrição	Circulante N	ão Circulante	Circulante N	ão Circulante	
Saldos no início do exercício	562.548	2.154.290	379.163	2.332.911	
Liberações	-	490.910	-	213.321	
Juros e Taxas	220.724	-	234.116	-	
Variações Monetárias	-	64.029	-	58.878	
Transferências	470.910	(470.910)	554.231	(554.231)	
Amortizações	(775.587)	-	(605.108)	-	
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	175	(1.228)	146	679	
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	55.457	-	102.732	
Saldos no final do exercício	478.770	2.292.548	562.548	2.154.290	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2018 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	71.743
Debêntures 3ª Emissão	-	80.590
Debêntures 4ª Emissão	20.673	52.368
Debêntures 5ª Emissão	-	195.460
Debêntures 6ª Emissão	-	99.389
Debêntures 7ª Emissão	40.000	-
Debêntures 8ª Emissão	250.000	8.532
BNDES	-	37.621
BNDES - PAC2	51.681	47.260
Banco do Brasil - PSI	-	4.035
Banco Itaú - PSI	-	4.525
Caixa Econômica Federal	128.555	144.851
Arrendamento Mercantil	55.457	29.213
Totais	546.366	775.587

f) Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2^a, 4^a e 7^a Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou superior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,5
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou superior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,6

(ii) Covenants de contratos da 3ª, 6ª e 8ª Emissão de Debêntures

Indice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	8,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou superior a 3,0	1,5

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	8,1
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,5
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

f) Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants -- continuação

Para os contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 6ª e 8ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

14. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia antecipou o vencimento do contrato de concessão onerosa com o município de Curitiba e assinou em 05 de junho de 2018 Contrato de Programa pelo período de 30 anos para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado a Companhia repassará ao município de Curitiba através do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB o montante de R\$88.771, em 3 (três) parcelas, tendo sido a 1ª parcela paga no ato de assinatura do contrato, a 2ª parcela a ser paga em março de 2019 e a 3ª parcela a ser paga em novembro de 2019. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$60.456, que será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
COFINS a Pagar	24.292	21.616
PASEP a Pagar	5.265	4.683
COFINS - Parcelamento (1)	-	4.079
IPTU - Parcelamento (2)	1.443	1.667
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	38.124	36.164
Totais dos Impostos e Contribuições	69.124	68.209
Circulante	68.133	66.941
Não Circulante	991	1.268

- (1) Parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. Em 02/03/2016 o processo foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria, e em 29/08/2018 foi publicada a decisão favorável à Companhia, transitado em julgado em 25/10/2018.
- (2) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2018 foram quitadas 52 parcelas no montante de R\$1.449.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

		2018		2017
D 1.7	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição
Descrição	Renda	Social	Renda	Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.165.002	1.165.002	914.073	914.073
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(291.250)	(104.850)	(228.518)	(82.267)
Benefício de Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	81.528	29.350	79.776	28.719
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	269	97	852	307
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	9.773	-	8.466	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	683	-	673	-
Equivalência Patrimonial	(957)	(345)	(448)	(161)
Arrendamento Mercantil Financeiro	8.584	3.090	(8.566)	(3.084)
Parcelamento IBAMA (3)	-	-	(13.978)	(5.032)
Outros	(6.174)	(2.313)	(3.347)	(1.293)
Totais das Despesas	(197.544)	(74.971)	(165.090)	(62.811)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social		(272.515)		(227.901)
Alíquota Efetiva	23,	4%	24,	9%

- (1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
- (2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008;
- (3) De acordo com a Lei nº 13.494/2017.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda	(243.412)	(210.740)
Contribuição Social	(91.003)	(78.778)
Realização do Imposto de Renda Diferido	45.868	45.650
Realização da Contribuição Social Diferida	16.032	15.967
Totais	(272.515)	(227.901)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo	2018				2017
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	734.444	183.611	66.100	249.711	125.478
Arrendamento Mercantil Financeiro (Ativo)	20 anos	273.548	68.387	24.619	93.006	-
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	941.788	235.447	84.761	320.208	318.458
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	14.228	3.557	1.281	4.838	4.565
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	461.797	115.449	41.562	157.011	171.916
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	44.099	11.025	3.969	14.994	16.842
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	8.275	2.069	744	2.813	5.919
Provisão para PPR	1 ano	93.493	23.373	8.414	31.787	13.839
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	1 ano	617	154	56	210	710
AVP de Contas a Receber	1 ano	4.723	1.181	425	1.606	834
Totais			644.253	231.931	876.184	658.561
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	713.431	178.358	64.209	242.567	123.214
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	25 anos	126.139	31.535	-	31.535	32.870
Arrendamento Mercantil Financeiro (Passivo)	20 anos	194.214	48.554	17.478	66.032	-
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	10.209	2.552	919	3.471	3.387
Reserva de Reavaliação	14 anos	113.805	28.451	10.243	38.694	41.832
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	4 anos	8.669	2.167	780	2.947	4.125
Totais			291.617	93.629	385.246	205.428
Total Líquido			352.636	138.302	490.938	453.133

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2018, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido		Passivo Fiscal Diferido			
	Imposto de	Contribuição		Imposto de	Contribuição	
Períodos de Realização	Renda	Social	Totais	Renda	Social	Totais
2019	53.414	19.229	72.643	12.733	4.111	16.844
2020	36.620	13.183	49.803	12.733	4.111	16.844
2021 a 2023	192.236	69.205	261.441	36.755	11.813	48.568
2024 a 2026	76.427	27.514	103.941	36.033	11.553	47.586
2027 a 2029	75.709	27.255	102.964	36.033	11.553	47.586
2030 a 2032	75.709	27.255	102.964	33.844	10.764	44.608
2033 a 2035	44.316	15.954	60.270	29.467	9.189	38.656
2036 a 2038	28.619	10.303	38.922	29.309	9.132	38.441
2039 a 2041	18.361	6.610	24.971	21.778	6.421	28.199
2042 a 2044	18.361	6.610	24.971	19.150	6.421	25.571
2045 a 2047	18.361	6.610	24.971	17.837	6.421	24.258
2048 a 2050	6.120	2.203	8.323	5.945	2.140	8.085
Totais	644.253	231.931	876.184	291.617	93.629	385.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2018 foi de R\$4.200 (R\$4.042 em 2017). O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$13.300 (R\$17.500 em 2017), sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 2017) registrados no passivo circulante e R\$9.100 (R\$13.300 em 2017) no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	2018
Ações Trabalhistas (i)	250.813	87.603	(88.740)	(20.167)	229.509
Ações Cíveis (ii)	209.981	39.018	(5.612)	(35.258)	208.129
Ações Ambientais (iii)	27.440	8.886	(3.651)	(25.986)	6.689
Ações Tributárias (iv)	17.400	71	(1)	-	17.470
Totais	505.634	135.578	(98.004)	(81.411)	461.797

A Companhia, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, revisou os processos trabalhistas alinhando a estimativa dos valores, bem como a probabilidade de perda conforme experiência, casos semelhantes, doutrina trabalhista e decisões recentes dos tribunais, resultando em uma remensuração no montante de R\$66.762.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

b) Passivos Contingentes -- continuação

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

	Passivos Contingentes		
Natureza	2018	2017	
Ações Trabalhistas (i)	44.382	-	
Ações Cíveis (ii)	375.364	209.613	
Ações Ambientais (iii)	339.737	268.120	
Ações Tributárias (iv)	16.554	14.625	
Totais	776.037	492.358	

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão, Pinhais e Porecatu.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

	Depósitos Judiciais		
Natureza	2018	2017	
Ações Trabalhistas	137.502	117.447	
Ações Cíveis	54.555	57.366	
Ações Ambientais	5.689	5.080	
Ações Tributárias	5.706	5.472	
Totais	203.452	185.365	

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$31.682 (R\$30.566 em 2017) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,7% pela patrocinadora e 36,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$64.962 (R\$60.241 em 2017).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

	Plano de	Plano de Assistência		
Descrição	Aposentadoria	Médica	2018	2017
Valor presente da obrigação no início do ano	1.193.800	559.006	1.752.806	1.489.499
Custo de juros sobre a obrigação	107.913	52.801	160.714	158.888
Custo do serviço corrente, líquido	7.015	9.301	16.316	21.829
Contribuições de Participantes	9.917	-	9.917	-
Benefícios pagos no exercício	(74.332)	(25.541)	(99.873)	(120.346)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(99.581)	22.250	(77.331)	202.937
Obrigação total no exercício	1.144.732	617.817	1.762.549	1.752.807
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(814.544)	(1.620)	(816.164)	(693.572)
Juros sobre os ativos do plano	(70.678)	-	(70.678)	(70.538)
Contribuição dos participantes	(9.917)	-	(9.917)	(1.896)
Contribuição da patrocinadora	(8.662)	(21.679)	(30.341)	(19.094)
Benefícios pagos no exercício	74.332	25.541	99.873	120.346
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	10.143	(3.677)	6.466	(151.411)
Valor justo dos ativos no exercício	(819.326)	(1.435)	(820.761)	(816.165)
Passivo reconhecido no final do exercício	325.406	616.382	941.788	936.642
Circulante	21.694	41.092	62.786	62.443
Não Circulante	303.712	575.290	879.002	874.199

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2018	2017
Taxa de Desconto para Saúde	9,39% ao ano	10,03% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	9,35% ao ano	9,87% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	9,39% ao ano	10,03% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	9,35% ao ano	9,87% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,47% ao ano	3,50% ao ano
Inflação	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas	2018	2017
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas D20	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(9,74%)	(11,65%)
Com Redução de 1%	11,79%	15,68%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	16,98%
Com Redução de 1%	-	(12,82%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	0,46%	-
Com Redução de 1%	(0,38%)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	%	2017	%
Renda Fixa (a)	1.176.611	77,1	1.119.604	78,9
Renda Variável (b)	103.903	6,8	85.075	6,0
Imóveis (c)	39.770	2,6	40.564	2,9
Operações com Participantes (d)	84.212	5,5	75.647	5,3
Estruturados (e)	121.882	8,0	97.542	6,9
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.526.378	100	1.418.432	100

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2019:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2019
Custo do Serviço Corrente	7.142	5.733	12.875
Custo dos Juros	103.118	56.855	159.973
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(73.464)	(41)	(73.505)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(16.622)	(22.915)	(39.537)
Totais	20.174	39.632	59.806

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacandose o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2018, no montante de R\$61.248 (R\$74.755 em 2017) e dividendos adicionais propostos de R\$18.349 (R\$1.226 em 2017) totalizando R\$79.597 (R\$75.981 em 2017). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$117.486 e R\$102.624 para os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2018, foi de R\$98.381 (R\$96.147 em 2017). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$9.793 (R\$8.564 em 2017). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$258.383 em 2018 (R\$261.476 em 2017), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que durante o ano de 2018, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$590, aluguel de imóvel no montante de R\$243 (R\$283 em 2017) e pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$1.066, e despesa referente a remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$5.957 (R\$2.733 em 2017).

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que durante o ano de 2018 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$17 (R\$16 em 2017), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$523 (R\$558 em 2017) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$96.644 (R\$90.807 em 2017), conforme descrito na nota explicativa 19.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

20. PARTES RELACIONADAS -- continuação

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada pela 54ª/2018 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2018, no montante global de R\$13.918. Para o exercício de 2017 a aprovação se deu pela 53ª/2017 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2017, no montante de R\$14.255.

Durante o exercício de 2018, foi pago o montante de R\$12.720 (R\$12.771 em 2017), sendo R\$9.836 (R\$10.001 em 2017) a título de remuneração e R\$2.884 (R\$2.770 em 2017) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.592 (R\$2.538 em 2017) referem-se a encargos sociais, R\$109 (R\$83 em 2017) referem-se a participação nos resultados, R\$72 (R\$55 em 2017), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$108 (R\$88 em 2017) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$3 referem-se a Programas Complementares (R\$6 em 2017).

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	2.099	8.012
Contratos e Convênios com Terceiros	10.397	8.753
Convênios com Prefeituras Municipais	15.707	13.669
Cauções e Valores a Reembolsar	10.643	7.804
Indenizações Trabalhistas - PAI/PDVTC	689	7.020
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (1)	-	1.620
Parcelamento IBAMA - PRD Lei 13.494/2017 (2)	81.316	85.462
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	8.942	2.551
Outras Contas a Pagar	250	-
Totais	130.043	134.891
Circulante	68.179	54.481
Não Circulante	61.864	80.410

- (1) Termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas junto ao Instituto Ambiental do Paraná IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que em setembro de 2018 foi quitado integralmente.
- (2) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2018 foram quitadas 12 parcelas no montante de R\$18.005.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

a) Capital Social -- continuação

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2018, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$11,35 (R\$10,23 em 31 de dezembro de 2017).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Núme	ro de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	100.914.575	60,1	1	-	100.914.576	20,0
Prefeituras Municipais	-	-	2.285.969	0,7	2.285.969	0,5
Investidores Estrangeiros	34.591.324	20,6	181.861.596	54,2	216.452.920	43,0
Demais Investidores	32.405.854	19,3	151.675.854	45,1	184.081.708	36,5
Totais	167.911.753	100,0	335.823.420	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$6.093 (R\$5.996 em 2017), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldos no início do exercício	81.204	87.200
Realização da Reserva de Reavaliação	(9.231)	(9.085)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.138	3.089
Saldos no final do exercício	75.111	81.204

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial -- continuação

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.285 (R\$2.403 em 2017), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldos no início do exercício	8.007	10.410
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(3.463)	(3.640)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.178	1.237
Saldos no final do exercício	5.722	8.007

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$432.192 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$44.612 em 2018 (R\$34.277 em 2017), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$247 em 2018 (R\$629 em 2017), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Saldos no início do exercício	49.455	83.462
Ganhos e Perdas Atuariais	70.865	(51.526)
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(24.095)	17.519
Saldos no final do exercício	96.225	49.455

h) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$110.879, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

h) Remuneração aos Acionistas -- continuação

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	892.487	686.172
Doações e Subvenções Governamentais	(247)	(629)
Constituição da Reserva Legal	(44.612)	(34.277)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	847.628	651.266
Dividendos Obrigatórios (25%)	211.907	162.816
Dividendos Complementares	211.907	162.817
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	423.814	325.633

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2018 foi de R\$326.114 (R\$319.105 em 2017), sendo retido o valor de R\$29.056 (R\$28.025 em 2017) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,9% (8,8% em 2017). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$97.700 (R\$6.528 em 2017), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$423.814 (R\$325.633 em 2017).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Saldo Anterior	136.265	134.055
Dividendos Adicionais Autorizados	162.817	148.793
Pagamentos realizados no Exercício	(298.255)	(281.374)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	423.814	325.633
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(29.056)	(28.025)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(211.907)	(162.817)
Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)	183.678	136.265

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$211.907, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

i) Resultado por Ação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2018 e 31/12/2018 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	49.779	0,29646
Ações Preferenciais	335.823.449	109.513	0,32610
Totais	503.735.173	159.292	
Remuneração para 1 UNIT			1,60086

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	52.132	0,31047
Ações Preferenciais	335.823.420	114.690	0,34152
Totais	503.735.173	166.822	
Remuneração para 1 UNIT			1,67655

Dividendos Adicionais - 31/12/2018	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	30.531	0,18183
Ações Preferenciais	335.823.420	67.169	0,20001
Totais	503.735.173	97.700	
Remuneração para 1 UNIT			0,98187

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2018	2017
Ações Ordinárias	0,78876	0,60603
Ações Preferenciais	0,86763	0,66663
Valor para 1 "Unit"	4,25930	1,66949

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

i) Resultado por Ação -- continuação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	278.902	214.429
Ações preferências	613.585	471.743
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferênciais	335.823.420	335.823.420
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,66100	1,27703
Por ação preferencial	1,82711	1,40474

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

23. RECEITAS OPERACIONAIS -- continuação

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Receitas		
Receitas de Água	2.716.898	2.539.747
Receitas de Esgoto	1.572.971	1.444.407
Receitas de Serviços	141.402	131.699
Receitas de Resíduos Sólidos	9.793	8.564
Serviços Prestados a Prefeituras	16.515	14.133
Doações efetuadas por Clientes	16.978	21.898
Outras Receitas	5.024	6.507
Totais das Receitas Operacionais	4.479.581	4.166.955
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(260.853)	(244.628)
PASEP	(56.523)	(52.926)
Totais das Deduções	(317.376)	(297.554)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	4.162.205	3.869.401

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$177.953 (R\$181.389 em 2017), durante o exercício de 2018, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2018			2017
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	269.533	97.609	367.142	281.909	97.117	379.026
Materiais	70.330	37.983	108.313	79.961	34.780	114.741
Energia Elétrica	375.950	42.315	418.265	334.698	36.493	371.191
Serviços de Terceiros	215.446	153.955	369.401	194.390	144.191	338.581
Depreciações e Amortizações	125.080	123.255	248.335	117.836	106.075	223.911
Indenizações por Danos a Terceiros	17.071	13.939	31.010	3.449	2.646	6.095
Outros Custos	103.840	33.736	137.576	93.298	29.292	122.590
Totais	1.177.250	502.792	1.680.042	1.105.541	450.594	1.556.135

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Comerciais		
Pessoal	117.274	115.479
Materiais	3.615	3.932
Serviços de Terceiros	96.386	79.160
Depreciações e Amortizações	4.928	6.277
Perdas na Realização de Créditos	7.747	26.401
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	43.551	28.517
Indenizações por Danos a Terceiros	6.145	15.856
Programa Sanepar Rural	2.410	9.479
Outras Despesas	26.176	30.103
Totais das Despesas Comerciais	308.232	315.204
Administrativas		
Pessoal	553.049	574.940
Materiais	40.068	39.294
Serviços de Terceiros	153.054	161.134
Depreciações e Amortizações	18.124	17.094
Taxa de Regulação	20.834	14.259
Despesas com Viagens	8.921	9.224
Programas Sociais e Ambientais	6.328	7.116
Exposições, Congressos e Eventos	10.478	6.706
Outras Despesas	28.417	22.927
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	(144.526)	(133.761)
Despesas Capitalizadas (2)	(94.432)	(86.164)
Totais das Despesas Administrativas	600.315	632.769
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Multas Ambientais	(26.029)	(55.911)
Baixas de Ativos	(8.169)	(11.335)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	1.472	(2.089)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(32.726)	(69.335)

⁽¹⁾ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$93.494 (R\$40.704 em 2017), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2018, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 3T18, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2017, no montante de R\$40.752 (R\$28.977 referente ao exercício de 2016). A partir do exercício de 2018 a provisão passou a ser efetuada trimestralmente e a estimativa foi baseada no histórico dos pagamentos do PPR dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais.

⁽²⁾ Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2018	2017
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	31.528	65.622
Variações Monetárias Ativas	12.276	13.766
Outras Receitas Financeiras	15.549	12.494
Totais das Receitas Financeiras	59.353	91.882
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e Empréstimos	(191.443)	(188.085)
Variações Monetárias Passivas	(60.850)	(53.711)
Outras Despesas Financeiras	(12.699)	(72.253)
Totais das Despesas Financeiras	(264.992)	(314.049)
Resultado Financeiro	(205.639)	(222.167)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

			2018			2017
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.816.694	1.624.370	4.441.064	2.640.111	1.484.306	4.124.417
Outras Receitas Operacionais	22.169	16.348	38.517	24.776	17.762	42.538
Total da Receita Operacional Bruta	2.838.863	1.640.718	4.479.581	2.664.887	1.502.068	4.166.955
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(182.660)	(134.716)	(317.376)	(173.216)	(124.338)	(297.554)
Receita Operacional Líquida	2.656.203	1.506.002	4.162.205	2.491.671	1.377.730	3.869.401
Custo	(1.177.249)	(502.793)	(1.680.042)	(1.105.541)	(450.594)	(1.556.135)
Lucro Bruto	1.478.954	1.003.209	2.482.163	1.386.130	927.136	2.313.266
Despesas Comerciais	(177.406)	(130.826)	(308.232)	(183.589)	(131.615)	(315.204)
Despesas Administrativas	(345.517)	(254.798)	(600.315)	(368.554)	(264.215)	(632.769)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-	(1.429)	(1.429)	-	(2.022)	(2.022)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(21.040)	(10.257)	(31.297)	(41.427)	(25.886)	(67.313)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(3.829)	(3.829)	-	(1.791)	(1.791)
Resultado Financeiro	(51.808)	(153.831)	(205.639)	(82.961)	(139.206)	(222.167)
Programa de Participação nos Resultados	(77.267)	(56.979)	(134.246)	(40.585)	(29.096)	(69.681)
Provisões	24.999	18.838	43.837	259	683	942
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(43.768)	(32.243)	(76.011)	(51.984)	(37.204)	(89.188)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	787.147	377.855	1.165.002	617.289	296.784	914.073
Imposto de Renda e Contribuição Social	(184.128)	(88.387)	(272.515)	(154.484)	(73.417)	(227.901)
Lucro Líquido do Exercício	603.019	289.468	892.487	462.805	223.367	686.172
Margem Operacional	27,7%	23,0%	26,0%	23,2%	19,8%	21,9%
Margem Líquida	22,7%	19,2%	21,4%	18,6%	16,2%	17,7%
EBITDA	977.306	664.722	1.642.028	831.690	551.832	1.383.522
Margem EBITDA	36,8%	44,1%	39,5%	33,4%	40,1%	35,8%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (a)	532.504	497.507	1.030.011	395.065	485.474	880.539
Participação Societária - CS Bioenergia	-	20.479	20.479	-	18.832	18.832
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.043.388	1.727.930	2.771.318	1.056.211	1.660.627	2.716.838
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.769.314	4.728.999	8.498.313	3.445.960	4.474.143	7.920.103
Depreciações e Amortizações do Exercício	(138.351)	(133.036)	(271.387)	(131.440)	(115.842)	(247.282)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	551.041	290.762	841.803	522.722	268.218	790.940
Total do Ativo	4.781.912	5.999.410	10.781.322	4.404.276	5.718.395	10.122.671
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.168.087	2.896.047	5.064.134	2.102.761	2.867.256	4.970.017
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (c)	3.137.760	2.141.050	-	3.087.160	2.040.292	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (d)	513.817	378.909	-	549.127	393.667	-

Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

Apresentadas pelo valor bruto; Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água; Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.020.103, com vigência abrangendo o período de 10/03/2018 a 10/03/2019, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	497.418
Máquinas, Equipamentos e Veículos	465.919
Estoque	56.766
Totais	1.020.103

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 111 processos judiciais no montante de R\$315.434 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2019.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eleição da Diretoria Executiva

Em 11 de janeiro de 2019, foi realizada a 1ª/2019 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para a diretoria executiva, passando a ter a seguinte composição:

- Claudio Stabile Diretor-Presidente
- Joel de Jesus Macedo Diretor de Investimentos e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Interino
- Paulo Alberto Dedavid Diretor de Operações e Diretor Comercial Interino
- Priscila Marchini Brunetta Diretora Administrativa
- Andrei de Oliveira Rech Diretor Jurídico e Diretor de Meio Ambiente e Ação Social -Interino

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Em 31 de Dezembro de 2018

Sérgio Ricardo Veroneze (Diretor-Presidente Interino e Diretor Administrativo)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Mario Celso Puglielli da Cunha (Diretor Comercial)

Eduardo Ramos Caron Tesserolli (Diretor Jurídico)

Fabiana Cristina de Campos (Diretora de Meio Ambiente e Ação Social)

A partir de Janeiro de 2019

(Eventos Subsequentes – Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis nº 30)

Claudio Stabile (Diretor-Presidente)

Joel de Jesus Macedo (Diretor de Investimentos e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações e Diretor Comercial Interino)

Priscila Marchini Brunetta (Diretora Administrativa)

Andrei de Oliveira Rech (Diretor Jurídico e Diretor de Meio Ambiente e Ação Social Interino)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018

Marcia Carla Pereira Ribeiro (Presidente)

Vilson Ribeiro de Andrade

José Roberto Ruiz

Clever Ubiratan Teixeira de Almeida

Francisco Feio Ribeiro Filho

Adriano Cives Seabra

Joel Musman

Sérgio Ricardo Veroneze

Luiz Fernando Borba

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -- continuação

A partir de Janeiro de 2019

Marcia Carla Pereira Ribeiro (Presidente)

Vilson Ribeiro de Andrade

José Roberto Ruiz

Clever Ubiratan Teixeira de Almeida

Francisco Feio Ribeiro Filho

Adriano Cives Seabra

Joel Musman

Claudio Stabile

Luiz Fernando Borba

CONSELHO FISCAL

Marcos Venicio Alves Meyer (Presidente)

Caio Marcio Nogueira Soares

Reginaldo Ferreira Alexandre

Paulo Roberto Franceschi

Loriane Leisli Azeredo

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8